



Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 66.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1990

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Algaci Túlio.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, David Cheriegate, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (28). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Acir Mezzadri, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanuso, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Renato Adur e Sabino Campos (25). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eduardo Baggio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes que o Deputado Lindolfo Júnior, mais uma vez, obstrua a sessão, eu queria deixar registrado aqui a

presença do Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Moreira Sales, José Luiz Capiné, do Prefeito Edvaldo Carreira, que vieram aqui acompanhar o requerimento nosso que entrou hoje aqui para pedir ao Tribunal de Justiça a criação da Comarca de Moreira Sales. Mas, pelo visto, de novo o candidato a governador do PL, que parece que a região está certo, que está sobrando tempo e vem aqui assistir à sessão. Então, registramos antes. E requeiro chamada nominal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que o Deputado Lindolfo Júnior já está eleito e não precisa viajar e ir para o interior. O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, dispenso o meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam a chamada nominal 14 Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria usar a palavra, por uma deferência especial da Mesa, para colocar algumas questões urgentes e importantes para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. pode usar da palavra.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, desisti da chamada nominal, e o Deputado que pediu a verificação de votação não se encontra em plenário. Então, continua a sessão.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Neste dia estamos comemorando o primeiro aniversário do programa chamado PEDU. Passados trezentos e sessenta e cinco dias que este programa está em estudos, se mantém em análise, se mantém gerenciado pelo Governo do Estado, especialmente a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, nesta Casa.

Senhor Presidente, apresento nesta tarde...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Lindolfo Júnior tem a palavra, pela ordem.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, todos sabemos que não temos número sequer para prosseguimento da sessão, o Deputado José Rogério pediu, pela ordem, para fazer um esclarecimento e, por isto, estamos levantando a questão de ordem. V.Exa. tem respeitado durante todos estes dias a questão do quórum, estamos aqui todos os dias e gostaríamos que V.Exa. tomasse as providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ontem V.Exa. usou do mesmo expediente que está usando o Deputado José Rogério. Por igualdade, e democraticamente, não vamos proceder votação alguma e o Deputado José Rogério vai continuar com a palavra.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Muito obrigado, Senhor Presidente. Prossequindo, comemoramos hoje o primeiro aniversário da incompetência do atual Governo do Estado. Comemoramos não com felicidade, mas uma infelicidade total de todos os municípios de nosso Estado; municípios estes que esperavam, no famoso PEDU, num programa tão almejado para o desenvolvimento dos municípios, esperavam recursos, esperavam condições para que estes Prefeitos pudessem fazer alguma coisa para os seus municípios..

O SR. NILTON BARBOSA - Concede-me um aparte, Deputado?

...Mas, este aniversário é lamentável, não é um aniversário de recursos, não. É um aniversário da incompetência. Incompetência esta provada por uma carta do Banco Mundial, da qual faço o documento base para o nosso pedido de informação à Secretaria, ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente...

O SR. NILTON BARBOSA - Permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Este expediente, Senhor Presidente, que requeira, tem as seguintes questões...

O SR. NILTON BARBOSA - Concede-me um aparte?

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Logo após o meu pronunciamento vou ouvi-lo, com muito prazer.

O SR. NILTON BARBOSA - Porque tenho alguns

esclarecimentos a fazer.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Primeiro: qual o valor total do empréstimo que o Banco Mundial concedeu ao Paraná pelo presente PEDU, assinado em 14 de agosto de 1989?

Segundo: desde que data este dinheiro se encontra à disposição do Governo do Estado?

Terceiro: qual a multa mensal que o Estado do Paraná vem pagando por este atraso na implantação do projeto e qual o montante destas multas até o presente dia?

Quarto: quais as causas do atraso no monitoramento do PEDU e por que os manuais de operação e procedimento até agora ainda não foram sequer impressos pelo Governo do Estado?

Quinto: qual é a causa de atraso sistemático na feitura dos relatórios trimestrais?

Estas perguntas que estou fazendo estão baseadas em uma carta do Banco Mundial ao Governo do Estado do Paraná. E, logo a seguir, vou ler a carta.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Eu queria uma cópia da carta, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Qual a causa do atraso sistemático na feitura dos relatórios trimestrais?

Esta pergunta é importante, porque até agora nenhuma Prefeitura...

(É lhe tirado o som).

(Vozes paralelas).

... tomou tal empréstimo?

Por que a DIVISÃO DE OPERAÇÕES E INFRA-ESTRUTURA DO BANCO MUNDIAL, após a sua última visita ao Governo do Estado, em 07 e 09 de maio último, em caráter de inspeção, afirma categoricamente que "há clara e crescente frustração com o processo do PEDU"?

(Vozes paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado José Rogério.

Enfim, por que, apesar de hoje fazer exatamente um ano e dois dias que este financiamento foi assinado e o mesmo ainda não saiu do papel?

Senhor Presidente, temos aqui uma Carta do Banco Mundial. Esta carta afirma que faz as perguntas, o questionamento da incompetência do Governo no gerenciamento do PEDU, do Programa.

E as bocas pequenas falam, Senhor Presidente, que o Governo do Estado está pagando uma multa em torno de 175 mil dólares pela incompetência de aprontar este Programa.

Então, não dá para deixar passar em

branco isto nesta Casa. Somos Deputados responsáveis e queremos um Governo responsável.

(Vozes paralelas).

E este Governo está desacreditando o Estado do Paraná, que tinha um nível de credibilidade não visto por Estado nenhum até o Governo de José Richa.

O PRAM foi um programa de sucesso...

(Vozes paralelas).

O SR. NILTON BARBOSA - Não foi criado pelo Governo José Richa, foi criado pelo Ney Braga.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - O PEDU tem servido para fazer comícios eleitorais e nenhum Prefeito tem recebido dinheiro do Plano.

O SR. NELSON VASCONCELLOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, vamos assegurar a palavra do orador que se encontra na tribuna.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, vou ler aqui a justificativa do meu requerimento que acho importante que fique registrado nesta Casa. Porque temos coragem de questionar, de pedir estas informações.

Hoje, para o aniversário, há aqui um bolo porque estamos festejando um ano de incompetência, incompetência do Senhor Roberto Requião que era o Secretário de Desenvolvimento Urbano, responsável pela administração, pelo gerenciamento...

(Vozes paralelas).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Não, começou pelo Vice-Governador Ary Queiroz, não com o Requião. A incompetência é dividida então, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Os Prefeitos estão sendo chamados, estão sendo convocadas as microrregiões para que, em frente aos canais de televisão, assistissem ao Secretário de Desenvolvimento Urbano, Roberto Requião de Mello e Silva, hoje candidato ao Governo do Estado, contar mil vantagens deste empréstimo, e fizesse na mídia eletrônica a sua costumeira promoção pessoal.

Um ano passou e aí está o bolo!

Até hoje uma só Prefeitura contraiu o empréstimo e, em contrapartida, o Tesouro do Estado está pagando uma pesada multa por não haver conseguido implementar a execução do Projeto.

São milhares de dólares de multa que estamos pagando, preço da incompetência deste Governo, que só se preocupa em fazer propaganda pela televisão com claro objeto de promover o seu candidato.

A última missão do Banco Mundial, que veio ao Paraná, foi categórica em afirmar que o programa já está desmoralizado, mesmo porque o Tesouro Estadual já não tem recursos para dar a contrapartida.

O SR. NILTON BARBOSA - V.Exa. não pode argumentar porque não tem condições morais... (conversas paralelas).

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - As informações requeridas se justificam em face à gravidade do problema e para que a opinião pública saiba quem são os responsáveis pelos prejuízos e pela incompetência. Temos que saber qual o prejuízo financeiro que já acumulamos neste aniversário de frustração, porque infelizmente o conceito e crédito do Paraná, junto ao Banco Mundial, já foram comprometidos irremediavelmente.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, pela ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas até como direito de defesa, porque entendo perfeitamente a colocação do Deputado Lindolfo Júnior, de que se verificássemos o quorum, nós não teríamos número para o prosseguimento da sessão. No entanto, foi concedida a palavra para acusação, e eu tenho certeza, que V.Exa. o fará também para a colocação da defesa.

O Deputado José Rogério me surpreende na tarde de hoje, com as afirmações que faz da tribuna. Deputado que tem acompanhado junto conosco muitos programas de Governo, o Orçamento, o PEDU; Deputado que tem conversado sistematicamente com a Secretaria de Planejamento, com os órgãos de Governo, e inexplicavelmente na tarde de hoje, talvez por ter na mão carta do... que lhe foi passada, coloque neste plenário vazio, afirmações que o próprio Deputado sabe que não existe.

O PRAN, Deputado José Rogério, foi um programa negociado durante largo tempo e todos nós sabemos disso, pelo ex-Secretário Mário Pereira, ex-Secretário do Desenvolvimento Urbano Saul Raiz, no Governo Ney Braga, e que acabou acontecendo exatamente no início de um novo Governo, já com as negociações internacionais, com as planificações, tudo concluída e entrou em pleno vigor, e os municípios passaram a construir obras através do PRAN, negociados em tempos anteriores. Extinguido o PRAN, coube ao atual Governo, inclusive, Deputado José Rogério, efetuar os compromissos do Estado com relação ao PRAN e iniciar a negociar um novo projeto

substituindo o PRAN, e esse novo projeto é exatamente de um contexto mais atualizado na diferenciação do PRAN e do Paraná Rural, Paraná Rural, com recursos para a agricultura para as áreas de pequenos municípios e o PRAN para as regiões metropolitanas.

E o Governo tem negociado sistematicamente esses recursos e V.Exa. sabe que existe participação do Estado, existe participação da União e existe participação de recursos exteriores. E V.Exa. também sabe que nos últimos anos o Governo Federal sistematicamente tem boicotado o recurso dos estados e esse é um protesto não do Paraná, é um protesto de todos os estados desta Federação, da mesma forma, como não agiliza de sua parte os recursos para que os estados possam incrementar os seus programas, também estamos nós aí, e só falta daqui a pouco ouvirmos uma acusação leviana como essa, dizendo que seja o Governo do Estado do Paraná, o responsável pelo não pagamento dos "royalties", que o Governo Federal já devia estar pagando para os nossos estados há mais de meio ano, e até agora retém no seu caixa, prejudicando o desenvolvimento dos nossos estados federados.

O Governo do Estado do Paraná, o que lhe cabe na organização do PRAN tem feito, e talvez o sentimento de V.Exa. seja porque, no dia de ontem reuniu-se na sua cidade Pato Branco, os Prefeitos do Paraná com a Secretaria, para assinar as primeiras movimentações do PRAN, na readaptação de pessoal, para enquadrar os municípios, para receberem as verbas. V.Exa. sabe disso.

Portanto, me proponho, numa sessão mais completa desta Casa, com a participação de Deputados, para dar "quorum", discutir com V.Exa. este assunto, para que nós não venhamos, na incompetência comprovada, no descalabro constante, no centralismo desta União, que prejudica estados e municípios, não venhamos a ouvir acusações como as de V.Exa., que tem conhecimento, inclusive, do quanto o Governo tem batido para poder pôr em andamento o Plano Paraná Rural, para beneficiar os municípios do Paraná; não venha o Governo a assumir responsabilidades por acusações das quais ele não deve.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu espero que este assunto volte à discussão, numa outra sessão, para que nós possamos dar a resposta devida, inclusive com possibilidade de apartes, para discutir com o Deputado José Rogério.

Infelizmente, não é só o PRAN, Paraná Rural, que está comemorando um ano sem que haja definições por parte do centralismo do Governo Federal. Infelizmente, muitos e muitos também estão aguardando que se re-

gulamente os dispositivos da Constituição Federal, que beneficiam desde a agricultura do Brasil, no Plano de Agricultura, na aposentadoria das mulheres, e que nem as leis complementares se votou ainda, quase dois anos depois da Constituição, prejudicando sobremaneira o cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Colhemos, na oportunidade em que acontece esta sessão plenária, na Assembléia Legislativa, para tecermos, mesmo que com brevidade, e sem a necessária profundidade que exige o assunto, comentários acerca do pacote agrícola anunciado na noite de ontem, pelo Governo Federal de Collor de Mello.

É evidente que aquilo que se anuncia hoje, como o pacote agrícola que irá revolucionar o meio rural, está longe de ser, no conjunto de medidas adotadas, aquelas que o produtor rural e os setores organizados do cooperativismo, do sindicalismo, das associações de classe, desejavam para o setor rural brasileiro.

Mas, é evidente que alguns pontos merecem uma atenção especial da nossa parte. Embora não resolvendo o problema do custo do financiamento, mas o simples fato de se reduzir de 12% para 9% além, evidentemente, da correção monetária, os juros cobrados do produtor rural, isto representará, ao final de uma safra, um ganho real para o produtor. Porque ao invés de ter que arcar com os juros de 12% ao ano, além da correção monetária, poderá o produtor pagar tão somente 9%, além da correção monetária.

Então, Senhor Presidente, o simples fato de ter reduzido o juro de 12% para 9%, embora possa não ser um ganho real, na maneira e nos moldes que se pretendia, mas já é alguma coisa de positivo.

Um outro aspecto que nos chama a atenção é o estabelecimento de preços mínimos diferenciados por região, regionalizados. Nós já tivemos oportunidade, em muitas ocasiões, de discutir com técnicos e com lideranças do setor produtivo brasileiro, de que haveria necessidade de algum ajuste na agropecuária, de forma regionalizada. Dizia-se, inclusive, que dentro de um Estado, dentro de um programa de uso correto do solo, nós deveríamos regionalizar a nossa agropecuária, de modo que não utilizássemos de áreas nobres para plantio de determinadas culturas, mas sim que utilizássemos estas áreas nobres de terras no Paraná, para produção de alimentos destinados à mesa do povo brasileiro. Então, a

fixação de preços mínimos regionais nos parece uma medida de produção para um mesmo tipo de produto em diferentes regiões; não custa o mesmo valor produzir uma tonelada de feijão na Rondônia do que aquilo que pode custar para produzir essa mesma tonelada no Paraná se levarmos em consideração o custo do frete para o transporte dos insumos, o custo da mão-de-obra, o custo do valor-terra utilizado. Então, nós temos que ter sim, na nossa opinião, preços mínimos diferenciados para que possamos remunerar condignamente o produtor rural na região em que ele esteja trabalhando e produzindo. Então, é um ponto que no nosso entendimento é positivo.

Um outro aspecto que entendemos ser positivo também é o anúncio de que o BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, manterá a linha de créditos destinada principalmente a financiar, e desta feita com prazos compatíveis a atividade agrícola e pecuária, a irrigação das nossas propriedades e também programas de apoio ao pequeno produtor rural. E aí eu gostaria de abrir um parênteses e não vamos aqui tecer maiores comentários a cerca desses programas de apoio ao pequeno produtor rural, mas de longa data nós temos nesta Assembléia, seja na Comissão de Agricultura, no Bloco Parlamentar Agropecuário, seja aqui desta tribuna, defendido de que há necessidade de os governos de um modo geral adotarem políticas que priorizem o atendimento ao pequeno produtor rural, que procure realmente dar um tratamento diferenciado à pequena propriedade rural, sem o que, sem esse tratamento especial essa propriedade desaparecerá, como tem desaparecido ao longo dos anos em nosso Estado. Certa ocasião inclusive fomos alvo de crítica porque dizíamos que nós éramos a favor do pequeno com-terra e não a favor do sem-terra, aí então gerou a polêmica: "Pessuti, então você é contra o sem-terra?" Não. Pessuti não é contra o sem-terra, mas primeiro sou a favor do pequeno com-terra; porque no Paraná, em que pese os esforços de José Richa, João Elísio, Álvaro Dias, no Paraná pouco mais de 20 mil famílias retornaram ao campo dentro dos grandes programas de assentamento que fez Claus Germer, que fez Albuquerque, que fez Brasília de Araújo e que fez Osmar Dias, em que pese os grandes programas, pouco mais de 20 mil famílias voltaram ao meio rural, e no entanto, mais e muito mais do que isso de pequenas propriedades desapareceram. Então, há necessidade sim de que haja um tratamento diferenciado para a pequena propriedade e a manutenção de linhas de crédito, através do BNDES, para financiar a irrigação para que não tenhamos problemas com as intempéries do ponto de vista da soma, e os programas de apoio

ao pequeno produtor rural é um outro ponto positivo deste pacote.

No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nós nos parece que o pacote foi bastante tímido em alguns aspectos que nos chama realmente a atenção e que são de prioridade fundamental para o setor produtivo rural, diz respeito ao crédito e diz respeito ao seguro agrícola. Há muitos anos o meio rural reivindica seguro agrícola e fim do Proagro, início do seguro agrícola. O Proagro nunca garantiu a exploração agrícola, pelo contrário, ele sempre garantiu e tão somente garantiu financiamento que a pessoa tinha no banco, e neste ano nem isto está garantindo, porque se o produtor fez três contratos de financiamento porque tinha três propriedades hoje o Governo quer indenizar em apenas uma propriedade. Então, o Proagro tem que acabar e em seu lugar surgir o seguro agrícola onde o produtor vai à seguradora, de preferência da iniciativa privada e faça o seguro da sua safra, cem sacas de soja por alqueire, 90 sacas de trigo por alqueire, 200 sacas de milho por alqueire, 50 sacas de feijão por alqueire, e vai por aí afora, se vir a intempérie, a chuva, o vento, o sol, a geada, ele estará coberto porque o seguro o indenizará dentro daquilo que ele contratou como seguro. Então, o Proagro não foi mexido do jeito que tinha que mexer, e o seguro agrícola também não se implantou. E o crédito equivalente? O produtor vai ao banco, financia a soja fica devendo sacas de soja, vai ao banco, financia gado de corte e deve-se quilos de boi, vai ao banco financia o plantio de algodão deve-se arrobas de algodão. Esse é o crédito equivalente que nós gostaríamos fosse implantado para o setor rural. E não é de hoje que se fala nisso, o Ministério Íris Resende já falou; a todas as nossas lideranças agropecuárias do Paraná têm pedido isso, e mais uma vez isso não veio. Não veio porque de repente interesses maiores do setor bancário, das instituições financeiras deste País ainda não encontraram meio e não tiveram a coragem e a ousadia de diferenciar as coisas que são diferentes. Não podemos, de forma alguma, permanecer na atividade agrícola tendo ela que estar submetida a todos os problemas da inflação internacional e nacional que afetam diretamente a agricultura que sempre é a mais penalizada. Temos que acabar com isso porque se vocês não sabem, em março deste ano o mesmo financiamento que se pagava com mil sacas de soja hoje se for ao banco pagar, o produtor tem que entregar duas mil sacas de soja. Isto não é justo, isto não é perfeito, isto não é direito, e nós queremos que o crédito equivalente venha.

O pacote, portanto, Senhor Presidente,

numa análise rápida e sem a profundidade que merece, tem alguns pontos positivos, porque os preços mínimos, principalmente dos produtos destinados ao consumo interno que integram a cesta básica foram corrigidos em valores reais acima da inflação. Isto é ponto positivo, além do que a cultura de feijão terá prioridade nos financiamentos que terá início nos próximos dias.

Então, faço essas considerações nos reservando o direito de na próxima semana quando estaremos em período de esforço concentrado nos dedicar com mais profundidade junto com os Senhores Deputados que integram esta Casa de Leis numa análise daquilo que para nós paranaenses é de importância fundamental que é o pacote agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveitando e já que temos bolo na Casa, vamos também pegar uma fatia deste bolo e também falar a respeito do PEDU. Há um ano e pouco atrás desta mesma tribuna nós, inclusive participando de algumas reuniões da Associação dos Prefeitos da região metropolitana de Curitiba, nós discutíamos o tal PEDU. E nós naquela ocasião já colocávamos dúvidas quanto ao sucesso daquele plano e chamávamos até a atenção dos Prefeitos nas reuniões da ASOMEK para o grande risco que eles corriam de endividar completamente as suas Prefeituras se viessem a assinar esse convênio com o tal do PEDU.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na seqüência das demais reuniões da ASOMEK vários Prefeitos se posicionaram contrários em assinar o convênio.

E hoje parece-me que, praticamente nenhuma Prefeitura da Região Metropolitana deve ter assinado este convênio, porque, não acreditaram que ele viesse realmente acontecer, e, não sabiam qual era a garantia que teriam na assinatura de contratos, e como poderiam saldar as suas dívidas em relação ao PEDU.

Mas, eu tenho em mãos aqui uma Carta do Banco Mundial do dia 19 de julho deste ano, que diz o seguinte:

WASHINGTON DC 19.07.90.

Endereçado para Paulo Roberto Pereira de Souza, com cópia para Dr. José Bernardoni Filho, Dr. Norman de Paula Arruda Filho, Dr. Aristeu Pereira de Carvalho, Ministro Clodoaldo Hugueney Filho e Sr. George Papadopoulos. Referência: Projeto de Desenvolvimento Municipal no Estado do Paraná - Empréstimo 3100-BR (PEDU).

Com referência à recente Missão de Supervisão que visitou o Paraná entre 7 e 9 de maio de 1990, eu tenho satisfação em confirmar o endosso do Banco quanto às recomendações e acordos alcançados, como observado na Memória de Reunião. Uma cópia tinha sido enviada em separado. Há entretanto um certo número de itens que eu desejaria esclarecer: (AAA) Fundos de Contrapartida - Baseando-se no cronograma de desembolso acordado durante a fase de avaliação, estimou-se que o Governo do Estado teria disponível até 21 milhões de dólares em Fundos de Contrapartida para o ano a encerrar-se em 31 de dezembro de 1990. Nós entendemos que o Estado está agora preparado para comprometer só 4,5 milhões de dólares e que uma revisão adicional será realizada em agosto, ocasião em que o Estado informará ao Banco a quantia total de que poderá dispor. (BBB) Projeto de Gerenciamento - As trocas na coordenação do Projeto e no assessoramento alguns meses atrás, resultaram na introdução de modificações na minuta do Manual de Operações; inadequada atenção aos detalhes técnicos para avaliação dos Planos de Ação Financeiros; atrasos na conclusão e implementação dos sistemas de monitoramento; atrasos na impressão dos Manuais de Operações e de Procedimentos; e atrasos na emissão dos relatórios periódicos trimestrais. Por favor, avise-nos quais as providências estão sendo tomadas para fortalecer a coordenação e o gerenciamento do Projeto. (CCC) Esse empréstimo foi assinado aproximadamente há um ano atrás, em 14 de agosto de 1989. Até hoje nenhum empréstimo foi assinado com as Prefeituras Municipais e nós entendemos que o progresso alcançado pela SANE-PAR está também prejudicado pelo atraso na definição dos Fundos de Contrapartida, pelo atraso no Projeto de Gerenciamento e pelo atraso na impressão dos Manuais de Operações e de Procedimentos. Como se observa na Memória de Reunião, a credibilidade do Projeto com seus subempréstimos pode ser afetada negativamente, se acontecerem atrasos adicionais. (DDD) Segundo nosso entendimento algumas revisões técnicas foram exigidas nos Planos de Ação Financeira e a apresentação de um Programa de Treinamento estava para ser definida em meados de junho. Até hoje, nós não recebemos informações. Por favor, avise-nos das razões desse atraso excessivo. Finalmente, (EEE) Nós entendemos que embora a Missão esteja consciente de que este é um Projeto de alta prioridade para o Estado, há incertezas na parte dos subempréstimos, nos termos e condições dos subfinanciamentos e no "modus operandi" para o Projeto. Nós acreditamos que este aspecto já estava esclarecido desde o início e pode refletir tendências de problemas gerenciais. Recen-

temente recebemos pedidos de assistência, feitos diretamente pelos Prefeitos Municipais do Paraná, acerca de investimentos iguais àqueles abrangidos pelo PEDU. Há clara e crescente frustração com o processo do PEDU. Por favor, avise-nos quais as medidas tomadas para colocar este Projeto dentro do cronograma. O Banco tem tido longa e bem sucedida participação em projetos no Estado do Paraná e tem expectativa de performance similar no PEDU. Por favor, avise-nos se necessitarem de informações complementares. Abraços. GOBIND T NANKANI, Chefe, Divisão de Operações e Infra-Estrutura. BANCO MUNDIAL. (Termina de ler carta do Banco Mundial).

Então, aqui, mais uma vez se comprova, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a preocupação de todos com relação ao sucesso desse plano chamado PEDU, que nós, há um ano atrás, já denunciávamos desta tribuna e diretamente aos prefeitos da região metropolitana.

Ainda aproveitando este momento importante que o Deputado José Rogério vem a esta tribuna, traz essas informações, faz esta denúncia de que hoje completa um ano de existência de um projeto que até agora não existiu, de um projeto que ficou apenas no papel e que não teve um esclarecimento melhor aos Senhores Prefeitos.

Então, vejam os Senhores, a falha dentro do sistema administrativo do Governo. Este é um dos muitos problemas que existem dentro da atual administração.

E, aproveitando este "gancho" também, quero dizer, Senhor Presidente, que na próxima terça-feira, mais uma vez os prefeitos de todo o Brasil estarão em marcha até Brasília para tentar falar com o Presidente Collor. E eu me lembro que no ano passado nós tivemos uma marcha idêntica a Brasília, quando lá estivemos tentando em encontro com o Presidente, no sentido de que fosse feita a liberação de verbas para as prefeituras do Fundo de Participação dos Municípios. E naquela ocasião, representando a Prefeitura de Curitiba, nós também nos posicionamos e o Paraná foi a maior caravana que esteve em Brasília com um número maior de prefeitos e vice-prefeitos, onde debatemos durante todo o dia a situação dos municípios e, no dia seguinte, em marcha fomos até o Palácio Alvorada na tentativa de sermos recebidos pelo Presidente na época, ainda o Presidente Sarney, o que não foi possível.

E agora mais uma vez, no próximo dia 21, terça-feira, os prefeitos de todo o Brasil vão a Brasília pedir socorro ao Presidente. Os municípios estão falidos, os municípios encontram enormes dificuldades pelo mau gerenciamento tanto a nível de Governos de Estado como a nível de Governo Federal.

Era essa também a nossa posição, Senhor Presidente, e mais uma vez cumprimentando o Deputado José Rogério pela sua preocupação, pela sua definição com relação a essa situação do PEDU, quando fez um Pedido de Informações, lhe veio a resposta e trouxe a esta Casa. Agora, cabe ao Governo do Estado do Paraná, a esta Secretaria do Desenvolvimento Urbano, que na época era ocupada pelo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, vir a esta Casa e dar as devidas explicações.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra V.Exa. Claro, V.Exa, é o nosso melhor orador.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu não vou fazer discurso, porque esta não é uma sessão, não existe sessão.

Eu entendo perfeitamente a preocupação do companheiro José Rogério, que atuou conosco em várias questões na Constituinte, mas, Amigos Deputados, este é o triste espetáculo que a sociedade paranaense vive: de pessoas que foram eleitas pelo voto popular e que não comparecem a sessões do Legislativo.

Nós estamos aqui a semana toda pedindo verificação de votação, pedindo para que os Deputados compareçam às sessões o que a gente vê é este triste espetáculo. Eu sei que existe um setor da imprensa que não divulga e não publica isto. Eu não quero generalizar os jornalistas, mas isto fica muito intramuros. O povo na verdade não sabe ainda o que acontece na Assembléia Legislativa. Quando me disseram que o procedimento na Assembléia seria pior que a Câmara Municipal de Maringá eu não acreditei e dizem que ainda é pior no Congresso Nacional. Política é a arte de promover o bem comum e não o bem de algumas pessoas. Este ensaio e esta encenação nós vimos que é para um programa gratuito. Está certo. Ninguém levantou a polêmica quando nós há seis meses atrás já falávamos da questão do PEDU e da contrapartida que o Governo do Estado não tinha dado. Quando ocupamos, às vezes, a tribuna da Assembléia somos tachados de demagogos, de populistas. Eu sei que esta equipe que está aqui é de profissionais honrados, profissionais que estão cumprindo o seu dever. Foram mandados para fazer esta filmagem aqui. Eu não tenho nenhuma dúvida de que eles não podem ser responsabilizados, mas isto vai para o horário gratuito contando mais uma vez uma mentira, a mentira de que houve uma sessão que não aconteceu. De fato completou... (Tímpanos) Ah, eu não posso mais falar.

Sr. Presidente?

e do Projeto de Resolução n° 81/90.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não, V.Exa. pode falar. Então V.Exa. é invisível, não está falando para a sessão.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, eu estou conversando com os senhores porque não existe sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) -... Ah, V.Exa. está conversando? Então eu posso suspender a sessão se V.Exa. está conversando?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Já devia ter suspenso, encerrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Ainda bem que nós temos V.Exa. como nosso Catão.

Feita a verificação, não há quórum para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 33/90 e 118/90;

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/90;
e dos Projetos de Lei n°s 122/90, 154/90, 155/90, 157/90, 307/90, 309/90, 318/90 e 379/90;
e do Projeto de Resolução n° 13/90.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 278/89, 383/90, 393/90, 394/90 e 407/90.
e dos Projetos de Resolução n°s 12/90, 48/90, 85/90, 86/90, 87/90 e 89/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 386/90.
e Projetos de Leis n°s 354/86, 134/89, 268/89, 190/90, 102/90 e 414/90;
do Projeto de Resolução n° 51/90,
do Projeto de Lei n° 397/90,
e do Projeto de Resolução n° 80/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 133/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°s 348/90, 381/90 e 388/90.

Levanta-se a sessão.